

GPIs na Amazônia: uma introdução sobre Balbina e os Waimiri-Atroari/AM

Naia Maria Guerreiro Dias¹

Universidade Federal do Amazonas

Resumo

O artigo projeta reflexões sobre grandes projetos de investimento na Amazônia na segunda metade do século XX, com enfoque na hidrelétrica de Balbina/AM e implicações no modo de vida dos índios Waimiri-Atroari. Fez-se revisão bibliográfica segundo método de análise documental. Buscou-se ponderar sobre efeitos de obras no tocante à etnia, para se referenciar questões territoriais e de resistência cultural.

Palavras-chave: Amazônia, Grandes Projetos, Fronteira e Território, Etnia Indígena, Waimiri Atroari.

Abstract

The article projects reflections on great investment projects in the Amazonian in the second half of the century XX, with focus in the hydroelectric power station of Balbina/AM and implications in the way of life of the Indians Waimiri-Atroari. It was made revision bibliographical second method of documental analysis. It was looked for to meditate on effects of works concerning the etnia, for if referenciar territorial subjects and of cultural resistance.

Keyword: Amazonian, Big Projects, Border and Territory, Etnia Indígena, Waimiri Atroari.

Introdução

Historicamente, políticas públicas projetadas visando o desenvolvimento da Amazônia tem sido construídas a partir de vieses de observadores externos ao contexto espaço-temporal da região. O objetivo é consolidar planos de crescimento econômico com pouquíssima viabilização de melhorias estruturais ou de conjuntura social para povos locais.

O governo federal, no período da ditadura militar, implementou grandes projetos de investimento (GPIs) na Amazônia visando fortalecer ações de ocupação e integração de populações e territórios a eixos sul-sudeste do país, fragmentando a soberania de povos residentes em áreas continentais e complexas. Utilizou-se o argumento, para justificar a conjuntura política, de “integrar para não entregar” (OLIVEIRA, 1988).

¹ Graduada em História pela Universidade do Estado do Amazonas (2009). Especialista em Psicopedagogia e Supervisão Escolar. Mestranda em Sociedade e Cultura na Amazônia-PPGSCA/UFAM. Atualmente é pesquisadora da FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO AMAZONAS/FAPEAM.

Uma das políticas consolidadas foi a construção de estradas, almejando-se legitimar a ideia “de que a Amazônia não progride porque não produz e não produz porque não tem vias de transporte” (BATISTA, 2007, p. 313). Com isso, a região, em tese, foi ficando cada vez mais vinculada ideologicamente aos anseios de crescimento econômico propostos pelo governo federal.

Partindo do exposto, foi perspectiva do artigo apresentar discussão teórica acerca da implementação de GPIs na Amazônia e ponderar em que medida implicações foram sentidas alterações a modos de vida dos Waimiri-Atroari, que foi uma etnia fortemente afetada por políticas desenvolvimentista na segunda metade do século XX.

Procurou-se discutir como GPIs foram orientados pelo Estado e até que ponto geraram efeitos à vida de amazônidas. Para abordar questões suscitadas, realizou-se revisão bibliográfica buscando-se refletir ante a conjuntura global da região e de modo específico com relação a contextos da etnia Waimiri-Atroari.

O artigo constituiu-se de três tópicos: i) Reflexões sobre o desenvolvimentismo; ii) Fronteira e territórios indígenas; iii) Balbina e os efeitos aos Waimiri-Atroari/AM.

1-Reflexões sobre o desenvolvimentismo

Os grandes projetos de investimento na região amazônica foram inicialmente planejados pelo governo federal durante a ditadura militar. Caracterizaram-se por serem agroindustriais, pastoris e extensivos, de mineração, aproveitamento de potência hídrica, minerais e madeireiros, principalmente.

De acordo com Souza (2009), para dar suporte aos GPIs foi necessária parceria do Estado com órgãos de apoio regional, entre eles Sudam e Suframa. Polamazônia, PIN-Proterra, Comara e Radam foram alguns dos projetos efetivados, a partir dos quais se realizou obras de tiveram como meta possibilitar crescimento econômico e ocupação da Amazônia, segundo visão estatal.

Dentre GPIs executados, destacam-se as rodovias BR-174 (Manaus-Caracará), BR-319 (Manaus-Porto Velho), Transamazônica e Perimetral Norte, as hidrelétricas de Tucuruí/PA e Balbina/AM, o projeto de mineração Grande Carajás/PA, o projeto Radares para a Amazônia (Radam) e o sistema ferroviário Carajás-Itaqui.

Foram criadas empresas estatais com capital privado nacional e transnacional, como por exemplo o Projeto Grande Carajás, de expressão financeira e extensão geográfica (HALL,

1991), para que se gerissem as obras. No que tange à criação da Eletronorte, em 1973, também de escopo e investimento amplo, ocorreu por recomendação estrangeira e segundo interesses controversos ao Brasil, que versavam em boa medida segundo interesses da indústria eletrointensiva (FERRAZ e LADEIRA, 1991).

O aprofundamento do discurso estatal acerca da necessidade energética do país foi defendido por empreiteiras, as quais, após saírem vitoriosas de editais, passaram a realizar processos de barragens de rios, desmatamento para estradas e agronegócio, retirada de minérios e desflorestamento para pastagens. Todavia, problemáticas que vieram à tona em decorrência das ações pouco foram assimiladas, o que impulsionou polêmicas, dado que as políticas desenvolvimentistas consistiram, assim, em promover a exploração da natureza em razão estreita do desenvolvimento econômico, sem assertiva preocupação com complexidades socioambientais e dimensões humanas das alterações.

Notou-se que nas áreas onde foram implantados projetos, crises de cunho social e ambiental foram formadas, pois habitavam e habitam ainda hoje povos tradicionais nesse lugares, os quais possuem direitos ancestrais sobre as terras. Entretanto, tais populações tem sido direta e indiretamente afetadas, como é o caso do povo Waimiri-Atroari (FEARNSIDE, 1988; RODRIGUES e FEARNSIDE, 2014). A etnia denunciou massacres da ordem de 2 mil pessoas no século XX por conta da truculência com que se praticou retirada mineral, barragem hídrica e construção de rodovia em suas terras.

Com base no discurso de que a região amazônica precisava ser habitada e servir de base para políticas públicas de desenvolvimento do sul e sudeste do país, sobretudo, o Estado implementou projetos e isso fica evidente a partir da década de 1970. Justificou-se a notória efetividade das ações como estratégia de integração, apoiando-se na construção também de portos, aeroportos e entreportos rodoviários, que passaram a funcionar prioritariamente para cargas e nem tanto para pessoas; e ainda na preparação de áreas florestais à pecuária e para *plantations*.

GPIs direcionados à Amazônia concorreram para o estabelecimento de um tipo de economia de mercado, a do consumo. Essa economia, pensada pela esfera federal, objetivava o bioma tendo em vista a exploração natural com o processo de construção do capital nacional. Loureiro (2002) aponta pelo menos um grande equívoco no plano implantados para a Amazônia: pensar na região como “expressão do primitivismo e do atraso, estimulando

atividades ditas racionais, produtivas e a natureza amazônica seria resistente e inesgotável” (p. 112).

2- Fronteiras e territórios indígenas

Em décadas recentes, povos indígenas passaram a se organizar por vias institucionais visando definir territórios, demarcar áreas de fronteiras e domínios por conta de terem sido historicamente afetados por GPIs. “A demarcação de terras indígenas, nesse sentido, pode ser vista como a abertura de fronteira étnica enquanto resultado do fortalecimento e politização do movimento indígena” (FAULHABER, 1992, p. 27).

O termo fronteira tem sido discutido à luz de diferentes concepções. Becker (2006) compreende-a como espaço não estruturado, por isso promove o aparecimento de realidades novas construídas no decorrer dos tempos. Faulhaber (ID., *op. cit.*, 2001) enfatiza a fronteira por compreensão antropológica, em que a concepção engendra dimensões simbólicas e culturais. Aponta a questão da cultura de fronteira distinguindo-a da linha cartográfica de fronteira.

Na concepção geopolítica, fronteira diz respeito à demarcação ante um campo de disputas (FOUCHER, 1988), levando-se em consideração limites entre Estados. Por analogia, fronteiras têm representado diferentes interesses: econômicos, ambientais, culturais ou geopolíticos. A fronteira passa a ser compreendida, então, como “espaço de projeção para o futuro” (BECKER, 2006, p. 21).

Mas qual a concepção de fronteira para os povos indígenas? Faulhaber (ID., *op. cit.*, p. 28-29) afirma que “grupos indígenas levantam fronteiras em um sentido étnico, que extrapola a concepção físico-espacial”. A região amazônica, nesse sentido, vem se constituindo em espaço territorial de conflitos. Essa conflituosidade se refere não apenas a disputas envolvendo povos étnicos e sociedades brancas, mas também com relação domínios herdados ou historicamente construídos por relações sociais (MAGALHÃES, 1991).

Assim, importa ressaltar que o grande capital gerou problemáticas a habitantes da Amazônia e polêmicas foram construídas em diversos espaços tradicionais. “A região está dividida entre tendências opostas e contraditórias, como defesa do modo de vida local, identidade versus sociedade complexa, mercado e processos não locais” (LÉNA e OLIVEIRA, 1992, p. 19).

Áreas de fronteira tendem a ser percebidas pelo Estado como estratégicas por definirem relações entre nações, nacionalidades e divisões de lucros. Para povos étnicos, fronteiras são reguladas por tendenciosidades socionaturais de viés individual e coletivo. Assim, o direito a marcos fronteirios depende de uma construção correlacionada e interétnica (LUCIANO, 2006).

Espaços de fronteira importam a povos indígenas na medida em que questões materiais e imateriais associam-se a modos de vida. Os mesmos entendem que fronteiras estão intimamente ligadas a bens culturais, cosmológicos, conhecimentos e tradições transmitidas por linhagem de parentesco. Por isso, tanto a questão da demarcação de fronteiras quanto a de homologação de territórios se configuram em grande luta desde a década de 1970.

Sobre a disputa pela terra, a problemática tem legado a diferentes etnias da Amazônia aproximação por interesses comuns (MARTINS, 1991). O diálogo enfoca efetivação de direitos civis, culturais e territoriais. São conflitos que tem se constituído na história das lutas étnicas e sociais. Martins (2014, p. 133) interpreta que “nesse conflito a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade”.

3- Balbina e os efeitos aos Waimiri-Atroari/AM

A implantação de GPIs gerou conflitos na Amazônia. Ao Estado, historicamente, em contraposição a possíveis diálogos e avaliações consensuais acerca dos planos, importou mais efetivar políticas de desenvolvimento econômico sem fazer estudos aprofundados sobre efeitos das projetadas mudanças. Dentre as políticas de cunho desenvolvimentista praticadas na Amazônia, no decorrer dos anos notaram-se projetos direcionados à construção de grandes obras que afetaram modos de vida e territórios tradicionais. No tópico, referenciou-se a questão de Balbina como norteadora do debate.

Conforme Santos e Nacke (1991, p. 83), “as UHEs causam consequências para populações indígenas da Amazônia. Há impactos visíveis diretos, tais como perda de terra, territórios de caça, aldeias e mananciais”. Os autores enfatizam ainda problemáticas de ordem social, como troca de habitat, doenças e desnutrição. Em relação aos Waimiri-Atroari-AM, a etnia foi afetada pela hidrelétrica de Balbina/AM. Seu território foi alagado em 234.600 hectares e um controverso programa público-privado de tutela aos índios, que pretendia mitigar efeitos da alagação, foi implementado (RODRIGUES e FEARNSSIDE, 2014).

A hidrelétrica de Balbina integrou um conjunto de ações do governo federal presentes no Projeto Calha Norte. A usina não chegou a atender objetivos propostos (RODRIGUES, 2013) e a falta de discussão do Estado com segmentos da sociedade civil com relação à construção da obra gerou conflitos e impulsionou efeitos negativos aos Waimiri-Atroari. A problemática envolvendo a etnia começou em 1967, quando o governo iniciou a construção da BR-174 (Manaus-Caracará), forçando índios a se retirarem do percurso (SCHWADE, 1990).

Além desse interesse, a área correspondente ao espaço indígena ocupado tradicionalmente chamou atenção pelo potencial mineral e com isso uma série de decretos-leis foram promulgados para se diminuir a terra dominial da etnia, incrementando conflitos. No decorrer do entrave, os Waimiri-Atroari tiveram aldeias dizimadas tanto por expedições militares quanto por matadores profissionais. E esse processo tornou os tradicionais arredios em relação a não índios.

Na década de 1980 foi instituída ação da Eletrobras-Amazonas Energia, denominada de Programa Waimiri-Atroari (PWAI). O intuito foi minimizar danos da alagação a jusante de Balbina (MAGALHÃES, 1991), mas polêmicas concernentes a práticas de indigenistas que atuavam no PWAI geraram resultados opostos ao pretendido. Na estrutura organizacional do programa, além de indigenistas, estavam servidores da Eletrobras e contratados externos

Quanto à Funai, Ferraz e Ladeira (1991) sublinharam dificuldades do órgão em tentar a adequação de GPIs a recomendações de antropólogos. Enfatizaram que a Fundação Nacional do Índio não dialogou a contento com comunidades indígenas para participar da construção de projetos de apoio a essa etnia, o que concorreu para fragmentações de autonomia dos tradicionais (SOUZA, 2009).

Considerações finais

O modelo de desenvolvimento elaborado para a região Amazônica, crivado em grandes projetos, desencadeou problemáticas para o socioambiente. Sob o patrocínio da Amazonas Energia, o PWA executado dentro das aldeias sob influência do reservatório de Balbina tem emprestado hábitos ocidentais a pessoas da etnia. O conflito entre saberes tradicionais e ensinamentos e práticas comuns do mundo urbano turbinou discussões e posicionamentos sobre suposta ressignificação forçada na área.

Pode-se sugerir que vem ocorrendo adiantado processo de fragmentação de saberes entre índios, com perdas notáveis aos nativos. O “modernismo” com que o Programa Waimiri-Atroari trata os Waimiri-Atroari sugere uma repetição de expressões confusas, muito mais próximas da torrente de maneirismos da sociedade de consumo do que de tradicionais saberes. E assim se passaram 27 anos e os efeitos da UHE entre os Waimiri-Atroari permanecem uma severa incógnita. Em que medida se pode sublinhar uma domesticação de saberes tradicionais? Trata-se que uma questão polêmica a ser aprofundada.

Referências

BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia**: Análise do processo de desenvolvimento. 2.ed. Manaus: Valer, Edua, Inpa, 2007.

BECKER, Bertha Koiffmann. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

FAULHABER, Priscila. **Soldados da Terra**: territorialização indígena e reversibilidade do saber sobre a cultura. In. OLIVEIRA, Engrácia(org.)Amazônia, fronteira agrícola 20 anos depois. Belém: CEJUP/IMPEG, 1992.

FAULHABER, Priscila. **A fronteira na Antropologia Social**: as diferentes faces de um problema.São Paulo: BIB, 2001.

FEARNSIDE, Philip Martin. **Brazil's Balbina dam**: environment versus the legacy of the pharaohs in Amazônia. Environmental Management, New York, v. 13, n. 4, p. 401-423, 1988.

FERRAZ, Iara; LADEIRA, Maria Elisa. **Os povos indígenas da Amazônia oriental e o programa grande carajás: avaliação e perspectivas**. In: HEBETTE, Jean(org.) O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia, Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

HALL, Anthony. **O programa Grande Carajás**- gênese e evolução. In: HEBETTE, Jean(org.) O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia, Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

LÉNA, Philippe; OLIVEIRA, Adélia. **Notas sobre a expansão de fronteiras e desenvolvimento na Amazônia**. In. OLIVEIRA, Engrácia(org.)Amazônia, fronteira agrícola 20 anos depois. Belém: CEJUP/IMPEG, 1992.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia**: uma história de perdas e danos, um futuro a (re) construir. In: Estudos Avançados, São Paulo, n. 45, v.16. mai.-ago 2002.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

- MAGALHÃES, Antonio Carlos. **As nações indígenas e os projetos econômicos do estado: a política de ocupação do espaço na Amazônia.** In: HEBETTE, Jean(org.) O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia, Rio de Janeiro: Vozes, 1991.
- MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho.** In: HEBETTE, Jean(org.) O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia, Rio de Janeiro: Vozes, 1991.
- MARTINS, José de Souza. **Fronteira- a degradação do outro nos confins do humano.** 2.ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Integrar para não entregar-políticas públicas para a Amazônia.** Campinas/SP: Papirus, 1988.
- RODRIGUES, Renan Albuquerque. **Vidas Despedaçadas: impactos socioambientais da construção da usina hidrelétrica de Balbina (AM), Amazônia Central.** Manaus: UFAM, 2013.
- RODRIGUES, Renan Albuquerque; FEARNSSIDE, Philip Martin. **Índios Waimiri-Atroari impactados por tutela privada na Amazônia Central.** Belém: Novos Cadernos NAEA, v. 17 n. 1, PP. 47-73, ISSN 1516-6481, jun 2014.
- SANTOS, Sílvio Coelho dos; NACKE, Analiese. **Projetos hidrelétricos e povos indígenas na Amazônia.** In: HEBETTE, Jean(org.) O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia, Rio de Janeiro: Vozes, 1991.
- SCHWADE, Egydio. **Le prix des grands projets en Amazonie: L'extermination des Waimiris-Atroaris.** In: Recherches Amérindiennes au Québec, Vol. XX. No. 2, 1990.
- SOUZA, Márcio. **História da Amazônia.** Manaus: Valer, 2009.